

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A ESTE em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Administração**

Balanco Patrimonial

	2019	2018
Ativo circulante	418.196	153
Caixa e equivalentes de caixa	4 418.178	152
IR e CS compensáveis	12	1
Outros ativos	6	-
Ativo não circulante	49.545	18.271
Ativo contratual da concessão	5 49.545	18.271
Total do ativo	467.741	18.424
Total do ativo	467.741	18.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Passivo circulante	26.909	630
Fornecedores	7 25.817	423
Outros tributos a pagar	84	45
Outros passivos	1.008	162
Passivo não circulante	402.643	11.744
Debêntures	6 390.646	-
IR e CS diferidos	8 7.218	1.696
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9 4.781	2.238
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.810
Patrimônio líquido	38.369	6.050
Capital social	10 24.142	2.542
Reservas de lucro	10 14.227	3.508
Total do passivo e patrimônio líquido	467.741	18.424

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.909	630
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47	-	-
Aumento de capital	810	-
Lucro líquido do exercício	-	2.884
Destinação proposta à AGO:	-	-
Reserva legal	-	145
Reserva de lucro do exercício	-	2.739
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.600	6.050
Aumento de capital	-	-
Lucro líquido do exercício	-	10.719
Destinação proposta à AGO:	-	-
Reserva legal	-	536
Reserva de lucro do exercício	-	10.183
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10 24.142	688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	10.719	2.884
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	10.719	2.884

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") foi constituída em 11/1/2016, com a finalidade de explorar serviços de transmissão de energia elétrica, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), notadamente o Contrato de Concessão nº 19/2017 correspondente ao Lote 22 do Leilão ANEEL nº 13/2015 - 2ª Etapa - Replicação, cujo investimento previsto pela ANEEL é de R\$485.841, com uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$101.020. Constitui ainda seu objeto social, participar de outras sociedades ou de empreendimentos de entidades públicas ou particulares, bem como estabelecer convênios, ajustes ou contratos de colaboração de assistência técnica, que visem à elaboração de estudos, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes a este objeto, inclusive mediante remuneração. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olímpicas, 66 - 8º andar - Sala K - São Paulo - SP. A ESTE possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão			
Prazo Vigên- (anos) cia até	RAP (R\$)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
30	2047	112,263 IPCA	N/A

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ESTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 12/03/2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valorização, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da ESTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Determinação das receitas de implementação de infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. Determinação dos serviços de operação e manutenção: Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção. Durante o exercício de 2019, a Companhia aprimorou as suas estimativas e, consequentemente, a mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia no exercício findo em 31/12/2019 foi de R\$2.760.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Ativo contratual da concessão:** O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de

transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissórias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecido no início do projeto de 9,8 %; e (ii) atualizado pelo IPCA.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração da ESTE revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31/12/2019, a ESTE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.5. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ESTE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31/12/2019 e 2018, a Companhia não possui demandas judiciais classificadas como probabilidade de perda "provável", por isso, não contabilizou qualquer provisão e também não possui demandas judiciais classificadas como probabilidade de perda "possível". **3.7. Tributações:** **3.7.1. Tributos sobre a receita:** As receitas da ESTE estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; **3.7.2. IR e CS:** Correntes: O IR e a CS da ESTE são calculados pelo regime de lucro real. **Diferidos:** Impostos Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que vigentes na data do balanço. **3.8. Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos, houver substância comercial e for provável que a entidade receba o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.8.1. Receita de implantação de infraestrutura:** Refere-se a serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que aplica o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo aos projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.8.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.8.3. Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção têm início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas à correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE" registrados no passivo não

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Receita operacional líquida	11	28.731
Custo dos serviços prestados	12	(12.490)
Custo de implantação de infraestrutura	12 (12.490)	(9.095)
Lucro bruto	16.241	4.369
Lucro operacional antes do resultado financeiro	16.241	4.369
Lucro antes da CS e do IR	16.241	4.369
IR e CS diferidos	8 e 13 (5.522)	(1.485)
Lucro líquido do exercício	10.719	2.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	10.719	2.884
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	10.719	2.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

3.8.4. Receitas de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.9. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019:** • A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis; • ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; • CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; • CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos. **3.10. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da ESTE, estão descritas a seguir. A ESTE pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao CPC 15 (R1). Definição de negócios; • Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8. Definição de omissão material; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; • Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, a 96,60% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2019.

	2019	2018
Caixa e bancos	2.472	152
Aplicações financeiras	415.706	-
Total de caixa e equivalentes	418.178	152

5. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ESTE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão; (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. **Movimentação do ativo contratual da concessão:**

	2019	2018
Financiamentos/credores	-	-
Debêntures 1ª emissão	dez/19	dez/44

A movimentação do saldo é conforme segue:

Saldo em 31/12/2018	-
Ingresso de dívidas (líquido dos custos de transação)	389.595
Juros e variação monetária	869
Saldo em 31/12/2019	390.464

O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures. Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

2021	(1.022)
2022	(1.022)
2023	(1.022)
2024	(1.022)
2025	6.884
Após 2025	387.668
	390.464

7. FORNECEDORES

Inclui obrigações com a aquisição de máquinas, equipamentos, materiais e serviços relacionadas a implantação do empreendimento no montante de R\$25.817 em 31/12/2019 (R\$423 em 31/12/2018).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O IR e a CS diferidos passivos decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Reconhecido	2018	no resultado	2019
IRPJ e CSLL diferidos	1.696	(211)	1.485	5.733
IRPJ e CSLL diferidos	1.696	5.733	7.218	5.522

9. CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS REGULATÓRIOS DIFERIDOS

	2019	2018
PIS e COFINS diferidos	4.583	1.690
Encargos regulatórios diferidos	198	548
	4.781	2.238

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital social: O capital social integralizado em 31/12/2019 é de R\$24.142 (R\$2.542 em 31/12/2018), representado por 24.141.895 ações ordinárias (24.491.894 ações ordinárias em 31/12/2018), sem valor nominal.

	Integralizadas Ordinárias	% do capital votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	24.141.894	100,00%	100,00%
Outros	1	0,00%	0,00%
	24.141.895	100,00%	100,00%

10.2. Reservas de lucro:

10.2.1. Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **10.2.2. Reserva de lucro retido:** A companhia constituiu reserva de lucro retido em função desta estar em fase pré-operacional.

10.3. Destinação do resultado: De acordo com o Estatuto Social da ESTE, os acionistas terão direito a receber com dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado. Em 2019, a Administração não propôs o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do Artigo 202, da Lei 6404/76, levando em consideração para a decisão a atual condição financeira da companhia, uma vez que a mesma se encontra em fase pré-operacional. Desta forma, propôs a constituição para a reserva de retenção de lucro, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	10.719	2.884
Constituição da reserva legal	(536)	(145)
Base de cálculo de dividendos	10.183	2.739
Reserva de lucros retidos	(10.183)	(2.739)
Saldo de lucros acumulados	-	-

11. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	2019	2018
Receita operacional bruta	31.274	15.342
Deduções da receita operacional	(2.543)	(1.878)

Contador: Willian Yoshiyuki Takahagi - CRC 1SP263.345/O-3

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	16.241	4.369
Lucro antes da CS e IR	16.241	4.369
Itens que não afetam as disponibilidades	869	-
Juros e variação monetária	2.543	1.681
Contribuições e encargos regulatórios diferido	802	-
Outros Itens	20.455	6.050

(Aumento) redução no ativo
Ativo contratual da concessão (31.274) (15.007)
Impostos a recuperar (11) -
Outros ativos (6) -
Aumento (redução) no passivo Fornecedores (11) 415
Tributos e contribuições sociais a recolher 39 (91)
Outros passivos 44 162
(10.764) (8.471)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa 428.790 8.620
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa 152 3
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa 418.178 152
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa 418.026 149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis